



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0141

BI-2020-0077

1 – Dados da inspeção

Data: 21/10/2020

Hora: 9h30

Tipo: Ação direta

Âmbito: Regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente – Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto; Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Paulo M. Pires

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Diligências realizadas:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito da campanha de inspeções a instalações abrangidas pelo regime jurídico de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas, instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

De modo a garantir a presença e disponibilidade de interlocutor habilitado a prestar os esclarecimentos necessários, a inspeção foi previamente comunicada ao operador.

O operador fez-se representar na inspeção pelo chefe da central, Alberto Borges, e por três representantes do departamento de qualidade ambiente e segurança – Flávio Pimentel, Paula Soares e Carolina Cabral.

A inspeção consistiu na consulta de documentação e registos relacionados com a exploração do estabelecimento e com a prevenção de acidentes graves, na obtenção de esclarecimentos por parte dos interlocutores presentes e na visita às instalações.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com toda a legislação aplicável.

2 – Estabelecimento inspecionado

2.1 – Operador

Firma: EDA – Electricidade dos Açores, SA

NIPC: 512012032

Sede: Rua Dr. Francisco Pereira Ataíde, n.º 1

Código Postal: 9504-535 Ponta Delgada

Freguesia: Ponta Delgada (S. Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: São Miguel

2.2 – Estabelecimento inspecionado

2.2.1 – Dados gerais



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Nome: Central Termoelétrica do Caldeirão (CTC)

Endereço: Rua Bento Dias Carreiro

Código Postal: 9600-050 Pico da Pedra

Freguesia: Pico da Pedra

Concelho: Ribeira Grande

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade: 35112 – Produção de eletricidade de origem térmica

Outras atividades:

Período de funcionamento 24h/dia, 365dias/ano

Licenciamento da atividade: Instalação de produção de energia elétrica, R.L.I.E. – Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas (DL n.º 26852 de 30/07/1936, na redação atual): Proc. 30-206/98, Proc. 30-236/01 e Proc. 30-237/01, Direção Regional da Energia.

Armazenamento de produtos de petróleo, DL n.º 267/2002, de 26/11, na redação atual: Licença de exploração n.º 3/2018, de 25/07/2018, emitida pela Direção Regional da Energia.

Licenciamento ambiental, DLR n.º 30/2010/A, de 15-11: Licença ambiental n.º 2/2015/DRA, Direção Regional do Ambiente.

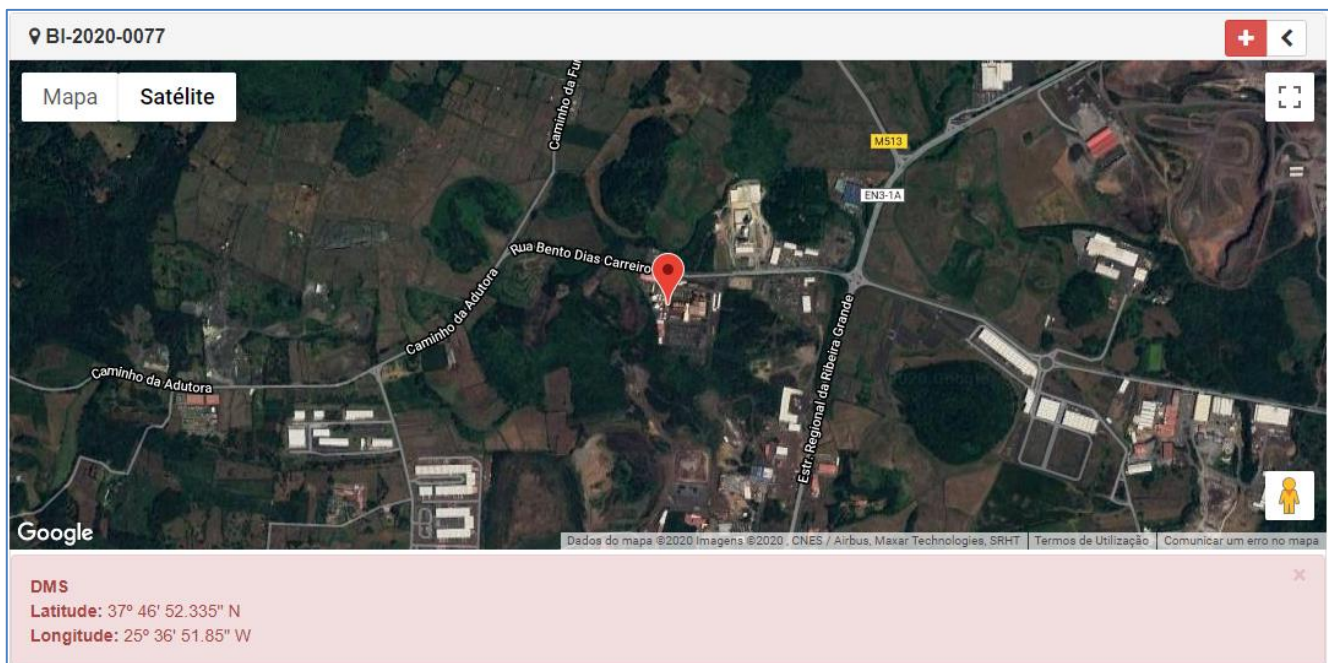


Figura 2.1: Localização do estabelecimento inspecionado.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.2.2 – Enquadramento no regime de prevenção de acidentes graves

Substâncias perigosas potencialmente presentes no estabelecimento ^{a)}:

Identificação da substância perigosa	Categoria (parte I, anexo I, DL 150/2015)	Substância Designada (parte II, anexo I, DL 150/2015)	Quantidade máxima (t)
Gasóleo		34 – Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	420
Fuelóleos Pesados		34 – Produtos petrolíferos e combustíveis alternativos	5811

^{a)} Apenas são mencionadas as substâncias relevantes para efeitos do anexo I do DL 150/2015.

Início de atividade: 1987

Enquadramento no DL 150/2015: Estabelecimento existente - al. f) art. 3.º

Classificação quanto à perigosidade: Estabelecimento de nível inferior

Integra grupo de efeito dominó? ☒ Não

☐ Sim

2.2.3 - Atividades exercidas, relacionadas com substâncias perigosas

Atividade	Descrição sumária da atividade
Receção de substâncias perigosas	Os combustíveis, gasóleo e fuelóleo, são recebidos no estabelecimento por transporte rodoviário em camião cisterna. O fornecimento de fuelóleo ocorre todos os dias da semana (6 a 7 camiões por dia, de 2ª a 6ª). O fornecimento de gasóleo ocorre cerca de uma vez por mês. A descarga é efetuada pelo condutor do veículo com acompanhamento de pessoal do operador.
Armazenagem de substâncias perigosas	O parque de armazenamento de combustíveis é constituído por 11 reservatórios, sendo 9 destinados a fuelóleo e 2 destinados a gasóleo, com as seguintes capacidades: <ul style="list-style-type: none">• 2x2500 m³ (RP1 e RP2) – armazenamento de fuelóleo “bruto”• 2x60 m³ (HT011 e HT021) + 2x200 m³ (HT031 e HT041) – Armazenamento de fuelóleo para sedimentação• 1x150 m³ (HT0031) + 2x100 m³ (HT0011 e HT0021) – Armazenamento de fuelóleo tratado• 2x250 m³ (RL1 e RL2) – Armazenamento de gasóleo Os tanques encontram-se instalados em 3 bacias de retenção, dimensionadas para conter o volume do maior tanque existente em cada uma. Bacia 1: tanques RL1 e RL2 Bacia 2: tanques RP1 e HT0011 Bacia 3: tanques RP2, HT011, HT021, HT0021, HT0031, HT031 e HT041 Existiam mais 3 reservatórios na bacia 1, com 50 m³ cada um, contendo substâncias não classificadas (óleo lubrificante novo (RON), óleo lubrificante usado (ROU) e efluente oleoso (TAEO)) e mais um reservatório na bacia 2, com 200 m³, destinado ao armazenamento de água.
Utilização / transformação de substâncias perigosas	O fuelóleo é tratado por decantação seguida de centrifugação para remoção de borras. O fuelóleo tratado é utilizado como combustível nos 8 motores dos grupos geradores de eletricidade. O gasóleo é utilizado como combustível nos 8 motores dos grupos geradores, nas fases de arranque paragem, e ainda nos geradores de emergência e motobombas.
Expedição de substâncias perigosas	As borras resultantes do tratamento de combustíveis são expedidas como resíduos, em contentores cisterna ou em sacos (após desidratação).
Operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos	As atividades relacionadas com a operação normal do estabelecimento, tais como a movimentação e tratamento de combustíveis e trabalhos de manutenção, são executadas pela EDA.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2.2.4 – Alterações relevantes desde a última inspeção

Âmbito	Descrição sumária das alterações relevantes desde a última inspeção (31-08-2018)
Gestão / negócio	Sem alteração
Pessoal	Verificou-se a admissão de 3 trabalhadores afetos à condução da central.
Tecnologia / equipamentos	Sem alteração
Instalações / envolvente	Sem alteração
Alteração substancial? (art. 25.º DL 150/2015)	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim

3 – Verificação das obrigações associadas aos instrumentos de prevenção

As referências feitas no presente capítulo à APA, à IGAMAOT e à ANPC devem entender-se como sendo feitas às entidades regionais competentes na matéria, respetivamente, a Direção Regional do Ambiente (DRA), a Inspeção Regional do Ambiente (IRA) e o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA).

3.1 – Comunicação da informação (anterior notificação)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador comunica, através de formulário, que inclui os elementos definidos no anexo II do DL 150/2015, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração que implique a modificação de inventário; ii) Outro estabelecimento, no prazo de seis meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 14.º DL 150/2015	Cumprido	Informação submetida em 05-07-2016 (referência DSQA-NS/2016/007).
b) O operador atualiza a comunicação previamente à ocorrência das seguintes situações: i) Alteração substancial de um estabelecimento sempre que haja alteração da informação constante da comunicação; ii) Alteração da classificação de substâncias perigosas presentes, por via da alteração legislativa ou por autotransferência, sempre que implique uma alteração do enquadramento do estabelecimento, de nível inferior para superior ou vice-versa; iii) Alteração da informação constante das alíneas a), b) e c) do anexo II ao DL 150/2015.	n.º 2, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) O encerramento definitivo ou desativação do estabelecimento é comunicado previamente pelo operador à APA, I. P., e à IGAMAOT e, no caso de estabelecimento de nível superior, também à ANPC, apresentando uma declaração que ateste a data a partir da qual deixa de haver presença de substâncias perigosas no estabelecimento.	n.º 3, art. 14.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.2 – Política de prevenção de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador define uma política de prevenção de acidentes graves, que deve constar de documento escrito.	n.º 1, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi elaborada uma política de prevenção de acidentes graves (PPAG), datada de 28-02-2018 e assinada pelo presidente do conselho de administração da EDA. Foi divulgada internamente por correio interno e afixada no placar do estabelecimento. Encontra-se publicada no site da empresa e é sempre divulgada aquando do acolhimento de entidades externas que vão prestar algum serviço no estabelecimento.
b) A política de prevenção de acidentes graves deve ser proporcional ao perigo de acidentes graves e incluir: i) Os objetivos e princípios de ação gerais fixados pelo operador, nomeadamente a garantia de um nível elevado de proteção da saúde humana e do ambiente; ii) O papel e a responsabilidade da gestão de topo; iii) O empenho na melhoria contínua do controlo dos perigos de acidentes graves.	n.º 2, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	No documento a gestão de topo, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, assume o compromisso de assegurar um adequado nível de proteção da saúde humana e do ambiente. O documento define também os compromissos assumidos pela Direção da Central Termoelétrica do Caldeirão em matéria de prevenção de acidentes graves.
c) A política de prevenção de acidentes graves é revista e, se necessário, atualizada: i) De cinco em cinco anos, considerando, se aplicável, a informação disponibilizada pelos operadores dos estabelecimentos de grupo de efeito dominó; ii) Sempre que se introduza no estabelecimento uma alteração substancial.	n.º 4, art. 16.º DL 150/2015	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3.3 – Relatório de segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior elabora e submete o relatório de segurança, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente ao início da construção ou de alteração de inventário de substâncias perigosas da qual decorra que o estabelecimento passe a ser de nível superior, tendo em atenção o disposto no artigo seguinte; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015.	n.º 1, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) O operador de estabelecimento de nível superior revê e, se necessário, atualiza o relatório de segurança, e submete a versão atualizada ou partes atualizadas do mesmo, nas seguintes situações: i) Previamente à introdução de uma alteração substancial do estabelecimento; ii) Periodicamente de cinco em cinco anos; iii) Na sequência de acidente grave; iv) Sempre que novos factos ou conhecimentos o justifiquem, por iniciativa do operador ou a pedido da autoridade ambiental.	n.º 2, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração substancial antes da aprovação do relatório de segurança.	n.º 10, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	
d) Se da revisão do relatório de segurança o operador verificar não ser necessária a sua atualização, deve apresentar a fundamentação dessa opção.	n.º 3, art. 18.º DL 150/2015	Não aplicável	
e) No caso de aprovação condicionada do relatório de segurança e suas atualizações, o operador deve cumprir as condições constantes do parecer.	n.º 2, art. 19.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.4 – Auditoria ao sistema de gestão da segurança

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador apresenta à APA, I. P., até 30 de abril de cada ano, um relatório de auditoria, relativo ao ano anterior, que ateste a conformidade do sistema de gestão de segurança do estabelecimento.	n.º 1, art. 20.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) A auditoria é obrigatoriamente realizada por verificadores qualificados pela APA, I. P.	n.º 2, art. 20.º DL 150/2015	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

3.5 – Plano de emergência interno (PEI) / plano de emergência interno simplificado (PEIS)

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora o plano de emergência interno/Plano de emergência interno simplificado de acordo com as orientações fixadas pelas autoridades ambiental e de proteção civil, nos seguintes casos: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 1, art. 22.º DL 150/2015 n.º 1, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	O plano de emergência interno, datado de 31-03-2017 (ver. 1), está incluído no plano de segurança.
b) Os trabalhadores e o pessoal relevante contratado a longo prazo que preste serviço no estabelecimento de nível superior são consultados pelo operador para efeitos de elaboração e da atualização do plano de emergência interno.	n.º 2, art. 22.º DL 150/2015	Não aplicável	
c) Os planos de emergência internos e os planos de emergência internos simplificados são revistos e, se necessário, atualizados: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015	Não cumprido	O Plano de Segurança, que inclui o plano de emergência interno, encontrava-se em processo de revisão (prevista a conclusão até final do ano).
d) O plano de emergência interno e o plano de emergência interno simplificado são colocados à disposição da APA, I. P., da ANPC, da IGAMAOT, da câmara municipal e da entidade licenciadora, coordenadora ou competente para a autorização do projeto, sempre que solicitado.	n.º 3, art. 22.º DL 150/2015 n.º 2, art. 23.º DL 150/2015	Cumprido	Foi disponibilizada para consulta uma cópia em papel.

3.6 – Plano de emergência externo

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador de estabelecimento de nível superior fornece à ANPC, de acordo com as orientações fixadas por essa autoridade, a informação necessária à elaboração do plano de emergência externo, nas seguintes situações: i) Novo estabelecimento, previamente à entrada em funcionamento; ii) Outro estabelecimento, no prazo de 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido.	n.º 2, art. 24.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento de nível inferior.
b) A informação necessária à elaboração do plano de emergência externo é revista e, se necessário, atualizada: i) Pelo menos de três em três anos; ii) Previamente à entrada em funcionamento de uma alteração substancial.	n.º 4 e 5, art. 21.º DL 150/2015 n.º 3, art. 24.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.7 – Exercícios de aplicação dos planos de emergência



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador deve realizar os seguintes exercícios de aplicação dos planos de emergência: i) Plano de emergência interno: no mínimo, uma vez por ano; ii) Plano de emergência Interno simplificado: no mínimo, de dois em dois anos; iii) Exercícios conjuntos dos planos de emergência de estabelecimentos que integrem um grupo de efeito dominó: no mínimo, de três em três anos.	n.º 1, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	O último exercício de aplicação do plano foi realizado em julho de 2018 ("Caldeirão 12"). Estava agendada a realização de novo exercício para o dia 05/11/2020.
b) Os exercícios de aplicação dos planos de emergência devem ser comunicados à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT e à câmara municipal, com uma antecedência mínima de 10 dias.	n.º 3, art. 27.º DL 150/2015	Cumprido	O exercício de novembro de 2020 foi comunicado no dia 19/10/2020.
c) A câmara municipal realiza exercícios de aplicação do plano de emergência externo, no mínimo de três em três anos, e comunica a sua realização à APA, I. P., à ANPC, à IGAMAOT, com uma antecedência de 10 dias.	n.º 2, art. 27.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.8 – Estabelecimentos de efeito dominó

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) No prazo de 30 dias, após a comunicação da APA, I. P., o operador envia aos demais estabelecimentos integrados no seu grupo de efeito dominó a informação com o seguinte conteúdo mínimo: i) Descrição das atividades desenvolvidas; ii) Inventário de substâncias perigosas e informação sobre a sua perigosidade, designadamente as fichas de dados de segurança; iii) Representação em carta dos cenários de acidentes cujo alcance atinja os estabelecimentos que integram o grupo de efeito dominó, a qual é de carácter facultativo para os estabelecimentos não enquadrados no nível superior.	n.º 3, art. 26.º DL 150/2015	Não aplicável	
b) O operador tem em conta a informação disponibilizada pelos estabelecimentos identificados em grupos de efeito dominó, nomeadamente a relativa à natureza e extensão do perigo global de acidente grave, na sua política de prevenção de acidentes graves, no sistema de gestão da segurança, no relatório de segurança, no plano de emergência interno e na informação necessária à elaboração do plano de emergência externo.	n.º 5, art. 26.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.9 – Avaliação de compatibilidade de localização

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador requer a avaliação da compatibilidade, acompanhado de um estudo das zonas de perigosidade do estabelecimento nas seguintes situações: i) Projeto de implantação de novo estabelecimento; ii) Projeto de alteração substancial.	art. 8.º e 9.º DL 150/2015	Não aplicável	Estabelecimento existente.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) No caso de decisão favorável condicionada, o operador deve cumprir as condições estabelecidas.	n.º 3, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	
c) O operador não pode iniciar a construção do estabelecimento ou a execução da alteração antes de decisão da APA, I. P., que ateste a compatibilidade de localização dos projetos.	n.º 4, art. 8.º DL 150/2015	Não aplicável	

3.10 – Cadastro de zonas de perigosidade

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador envia, através de formulário, proposta fundamentada das zonas de perigosidade associadas ao estabelecimento, nos seguintes prazos: i) Até um ano, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível superior; ii) Até dois anos, a partir data de entrada em vigor do DL 150/2015 no caso de estabelecimento existente de nível inferior; iii) Até à entrada em funcionamento, no caso de alteração substancial que não implique um aumento dos perigos de acidente grave, de forma a atualizar a informação constante do cadastro, nomeadamente no caso da desativação de instalações; iv) Até 18 meses a contar da data em que o estabelecimento passa a ficar abrangido pelo DL 150/2015, no caso de outro estabelecimento.	art. 12.º DL 150/2015	Cumprido	Em 01-08-2017 foi remetido à DRA, por e-mail, a proposta fundamentada das zonas de perigosidade. Em resposta a esta comunicação a DRA solicitou, em 26-07-2018, a correção de alguns aspetos. O operador deu resposta ao solicitado em 03/07/2020.

3.11 – Informação ao público

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) O operador elabora, divulga e mantém disponível ao público de forma permanente, nomeadamente por via eletrónica, a informação constante do anexo VI.	n.º 1, art. 30.º DL 150/2015	Cumprido	Informação disponível em: http://www.eda.pt/Sustentabilidade/Paginas/SEVESO.aspx Data do formulário: 25-07-2016
b) A informação prevista no número anterior é atualizada sempre que necessário, nomeadamente quando ocorra uma alteração substancial do estabelecimento.	n.º 2, art. 30.º DL 150/2015	Não cumprido	Formulário a necessitar de atualização para correção da morada do estabelecimento, no campo “Onde se pode obter informação adicional?”, e para inserir a data da última inspeção realizada ao estabelecimento.

3.12 – Responsabilidade ambiental

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro na seguradora Chubb European Group, apólice PTENV100945, válido até 30/06/2021 (renovável).



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4 – Implementação da política de prevenção de acidentes graves

4.1 – Garantia de meios e estruturas adequados

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<p>a) O operador é responsável pela implementação da política de prevenção de acidentes graves, garantindo a existência de meios e estruturas adequadas e de um sistema de gestão da segurança para a prevenção de acidentes graves (estabelecimento de nível superior) ou sistemas de gestão adequados (estabelecimento de nível inferior).</p> <p>O sistema de gestão de segurança deve ser proporcional aos perigos, às atividades industriais e à complexidade da organização do estabelecimento e basear-se na avaliação dos riscos.</p> <p>O sistema de gestão de segurança integra a parte do sistema de gestão geral que inclui a estrutura organizacional, as responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos que permitem determinar e pôr em prática a política de prevenção de acidentes graves.</p>	<p>n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015</p>	<p>Cumprido</p>	<p>O operador tinha implementado um sistema de gestão integrado da qualidade e ambiente segundo as normas ISO9001:2015 e ISO14001:2015, respetivamente, com certificação da SGS. Embora não sejam sistemas de gestão específicos para a prevenção de acidentes graves acabam por contribuir para a aplicação de alguns princípios da política de prevenção de acidentes graves.</p> <p>Para além do contributo dos sistemas de gestão da qualidade e do ambiente para a aplicação da política de prevenção de acidentes graves, foi também elaborado um plano de segurança, datado de 17-10-2017, aplicável a toda a atividade do estabelecimento.</p> <p>O plano de segurança reúne um conjunto de medidas de autoproteção organizativa e procedimental, sendo constituído pelos seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none">* Plano de prevenção* Plano de emergência interno* Instruções de segurança* Registos de segurança* Documentos de apoio <p>O plano de segurança encontrava-se em processo de revisão.</p> <p>Foi ainda elaborado um quadro síntese com as medidas implementadas e a implementar relativamente a cada um dos aspetos mencionados na alínea c) do anexo III do Decreto-Lei n.º 150/2015 (Plano de Ação).</p>

4.2 – Organização e pessoal

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
<p>a) Funções e responsabilidades do pessoal envolvido na gestão dos perigos de acidentes graves a todos os níveis da organização em conjunto com as medidas destinadas a reforçar a sensibilização para a necessidade de melhoria contínua. Identificação das necessidades de formação desse pessoal e organização dessa formação. Participação do pessoal, incluindo subcontratados a operar no estabelecimento, relevante do ponto de vista da segurança.</p>	<p>n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015</p>	<p>Cumprido</p>	<p>O operador elabora um plano de formação anual de acordo com as necessidades de formação previamente identificadas. Não sendo específico para a prevenção de acidentes graves pode abranger matérias relacionadas com este assunto.</p> <p>Foi analisado o plano de formação de 2019 e abordada a formação inicial dos trabalhadores admitidos.</p>



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.3 – Identificação e avaliação dos perigos de acidentes graves

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificação sistemática dos perigos de acidentes graves que possam surgir em condições normais e anormais de funcionamento, incluindo atividades subcontratadas, se relevante, e avaliação da probabilidade de ocorrência desses acidentes e da sua gravidade.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	Foi elaborado um estudo de identificação e análise dos perigos de acidentes graves designado “Zonas de Perigosidade”, com data de 17-07-2017. Do referido estudo resultou a seleção dos seguintes cenários de acidentes relevantes: * Fuga no depósito; * Rotura catastrófica no depósito; * Fuga na cisterna de abastecimento; * Rotura total da tubagem junto ao depósito; * Fuga por orifício em tubagem. Para cada cenário foi feita a avaliação da probabilidade e das consequências. Estava em curso a elaboração de uma nova matriz de identificação e avaliação de riscos abordando de forma integrada os aspetos de qualidade, ambiente e segurança (QAS).



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.4 – Controlo operacional

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos e instruções para o funcionamento em condições de segurança, incluindo operações de manutenção, processos, equipamento, gestão dos alarmes e paragens temporárias; tendo em conta as informações disponíveis sobre melhores práticas em matéria de monitorização e controlo para reduzir o risco de falha do sistema; gestão e controlo dos riscos associados ao envelhecimento do equipamento existente no estabelecimento e corrosão; inventário do equipamento do estabelecimento, estratégia e metodologia para monitorização e controlo do estado do equipamento; seguimento apropriado e quaisquer medidas necessárias.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido parcialmente	<p>O plano de segurança define um conjunto de “procedimentos de prevenção” aplicáveis a várias operações/instalações do estabelecimento. Contém também “instruções de segurança” aplicáveis a 8 instalações ou operações concretas, nas quais se inclui o transporte e armazenamento de combustíveis no interior das instalações.</p> <p>O plano de segurança contém ainda vários modelos para registo de verificações de rotina e inspeções dos equipamentos e instalações.</p> <p>O operador possui aplicações informáticas para apoio à gestão da manutenção dos equipamentos críticos.</p> <p>O estabelecimento está equipado com um sistema de deteção de incêndio, com circuitos redundantes, endereçáveis e específicos para cada local (detetores térmicos, óticos, de chama, botoneiras de alarme).</p> <p>São emitidas autorização de trabalhos para execução de trabalhos a quente em zonas suscetíveis de formar atmosferas explosivas.</p> <p>Previamente à realização de trabalhos por parte de entidades externas é efetuada uma reunião com os prestadores de serviços para, entre outros aspetos, esclarecer eventuais medidas de prevenção a adotar.</p> <p>Segundo o responsável do estabelecimento, o manual ATEX datado de outubro de 2009 encontra-se desatualizado. É intenção do operador proceder à revisão deste documento, tendo já iniciado a preparação do processo para contratação deste serviço. É fundamental proceder à correta identificação das zonas ATEX uma vez que existem equipamentos e instalação elétrica sem classificação ATEX em zonas onde potencialmente podem existir atmosferas explosivas (interior das bacias de retenção e sala de bombagem). Na sequência da correta classificação das zonas poderá ser necessário alterar os equipamentos e instalação elétrica.</p>



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.5 – Gestão das modificações

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para o planeamento das modificações a introduzir ou para a conceção de uma nova instalação, processo ou local de armazenagem.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador definiu a abordagem à gestão das modificações no capítulo 3.7 do estudo “Zonas de Perigosidade” (revisão 0, de 17-07-2017). A avaliação de riscos devidos a novos processos ou equipamentos, ou à modificação dos existentes, é efetuada com base no procedimento PR11.QUAMB, embora este não seja específico para a prevenção de acidentes graves. À data da inspeção o operador ainda não tinha registo de nenhuma modificação que exigisse a aplicação do procedimento.

4.6 – Planeamento de emergências

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos para identificar emergências previsíveis através de uma análise sistemática, e para preparar, testar e rever planos de emergência a fim de responder a essas emergências, proporcionando formação específica ao pessoal em causa. Essa formação deverá ser dada a todo o pessoal que trabalhe no estabelecimento, incluindo o pessoal subcontratado relevante.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O procedimento PR11.QUAMB, anteriormente referido, aplica-se também à identificação de potenciais emergências e respetivo combate. A forma de comunicar acidentes está prevista no procedimento geral de segurança 07 (PGS07). O pessoal do estabelecimento frequenta formação e treino periódicos em matérias de combate a incêndios (inicial e reciclagem) e a derrames. Os equipamentos de combate a incêndios são testados periodicamente. Possui diversos contentores com material de contenção de derrames espalhados pelo estabelecimento.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

4.7 – Monitorização de desempenho

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados a uma avaliação contínua do cumprimento dos objetivos fixados pelo operador no âmbito da política de prevenção de acidentes graves e do sistema de gestão da segurança e introdução de mecanismos de investigação e de correção em caso de não cumprimento. Os procedimentos devem englobar o sistema de comunicação de acidentes graves ou de incidentes, nomeadamente os que envolveram falha nas medidas de proteção, e a sua investigação e acompanhamento, com base nas lições aprendidas. Os procedimentos podem também incluir indicadores de desempenho, nomeadamente em matéria de segurança, e outros indicadores pertinentes.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	O operador possui um plano de gestão que engloba objetivos a todos os níveis: qualidade, negócio, etc. Em 2018 foi definido um plano de objetivos específicos em matéria de prevenção de acidentes graves, o qual continua a servir de base para a monitorização do desempenho nesta área.

4.8 – Auditoria e revisão

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção e implementação de procedimentos destinados à avaliação periódica e sistemática da política de prevenção dos acidentes graves e da eficácia e adequação do sistema de gestão da segurança. Revisão documentada dos resultados da política e do sistema de gestão da segurança e a sua atualização pela gestão de topo, incluindo a consideração e integração das alterações necessárias, resultantes da auditoria e da revisão.	n.º 5 e 6, art. 16.º DL 150/2015	Cumprido	A auditoria e revisão é suportada nos sistemas de gestão da qualidade e ambiente. Neste âmbito são regularmente realizadas quer auditorias internas quer externas. É intenção do operador iniciar a realização de auditorias na área da segurança a partir de 2021. Anualmente é feita uma revisão pela gestão, no 1º trimestre de cada ano, com base no sistema de gestão da qualidade e ambiente. Embora não se refira explicitamente a aplicabilidade desta revisão à prevenção dos acidentes graves, esta matéria é também abordada, nomeadamente a resposta a emergências, simulacros, auditorias específicas Seveso, inspeções da IRA, etc. É intenção o operador incluir explicitamente na revisão de 2021 os aspetos relacionados com a política de prevenção de acidentes graves.

5 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi detetada a seguinte irregularidade:

- a) Decorreram mais de 3 anos desde a aprovação do plano de emergência interno (versão 1, datada de 31-03-2017) sem que o mesmo tivesse sido objeto de revisão, em incumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, o que constitui contraordenação ambiental leve nos termos da alínea h) do n.º 3 do artigo



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

41.º do mesmo diploma, punível com coima de 2000€ a 36 000€ nos termos do n.º 2, alínea b) do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.

Foram identificados os seguintes aspetos a melhorar:

- b) Proceder à correta identificação das zonas onde podem ocorrer atmosferas explosivas (ATEX) e, sendo caso disso, à substituição ou realocação dos equipamentos e instalação elétrica que não estejam em conformidade com a classificação das zonas onde se encontram.
- c) Proceder à atualização e correção do formulário da informação ao público disponível na página de internet do estabelecimento.

6 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio à Direção Regional do Ambiente para conhecimento.